



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

PLANO ANUAL DE TRABALHO – PAT/2017

Em vista da publicação da Resolução TSE n. 24.433/2014, que dispõe sobre a nova estrutura, o funcionamento e as competências das Escolas Judiciárias Eleitorais - EJE's nas Unidades da Federação, foram editadas no âmbito deste Tribunal as Resoluções TRESA n. 7.927/2015 (Reestruturação da EJESC) e n. 7.928/2015 (Regimento Interno).

A partir da nova regulamentação as atividades desenvolvidas pela Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina (EJESC) passaram a ter como objetivo a construção de práticas, de aprendizado e de conhecimento científico, acadêmico e técnico, aplicando-os na melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços eleitorais (art. 3º da Resolução TRESA n. 7.928/2015).

Atendendo a esse desiderato, a EJESC desenvolverá as seguintes atividades no ano de 2017.

1. Planejamento Estratégico:

A execução do Planejamento Estratégico da EJESC terá início no ano de 2017, atendendo ao calendário a ser definido pelo Conselho Deliberativo e Técnico-Científico da Escola. Haverá plena compatibilidade entre este PAT e o Planejamento Estratégico já aprovado, alinhando-se os objetivos estratégicos identificados.

2. Pós-graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral

A formatação - pela EJESC - do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Eleitoral, a ser oferecido pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI na modalidade presencial e nas dependências do TRESA, encontra-se em fase final de alinhamento.

A EJESC contribuirá com a elaboração da grade curricular do curso e a customização do seu formato, de modo a atender às necessidades desta Justiça Especializada.

A avaliação final deste curso se dará mediante a entrega de artigo científico, que poderá ser submetido à Resenha Eleitoral, revista científica do TRESA, que tem concentrado



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

esforços para estimular pesquisas no âmbito do Direito Eleitoral, área comprovadamente carente de estudos, especialmente no Brasil.

3. Pós-graduação *lato sensu* em Gestão Judiciária Eleitoral

Especialização em Gestão Judiciária Eleitoral, na modalidade a distância, com vistas a abarcar os magistrados e servidores lotados no interior do Estado de Santa Catarina. Esta Pós-Graduação contemplará disciplinas customizadas, a fim de atender às necessidades da Justiça Eleitoral de primeiro grau, cuja elaboração contará com a participação direta de técnicos deste Tribunal.

4. Mestrado - Reserva e preenchimento de vagas pelos servidores

A EJESC também firmará convênio com a UNIVALI para o preenchimento de vagas pelos servidores da Justiça Eleitoral catarinense nos cursos de Mestrado em Ciência Jurídica e de Mestrado Profissional em Gestão Pública, desde que atendidas as disposições do Edital de Seleção e demais atos normativos.

As vagas serão reservadas até o prazo final para inscrição no processo seletivo aberto ao público em geral, para o ano letivo.

5. Curso de formação continuada para magistrados

Com base no convênio firmado com a Academia Judicial - CEJUR e conforme tratativas das reuniões entre a EJESC e a CEJUR durante o ano de 2016, esta Escola Judiciária, em parceria com a referida Academia, pretende oferecer curso de Direito Eleitoral aos magistrados, de 40 horas-aula, 60% presencial e 40% a distância.

Tal iniciativa encontra-se alinhada à diretriz do Tribunal Superior Eleitoral, que recentemente firmou termo de cooperação técnica-científica com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, para a realização de ações, cursos e eventos de formação, aperfeiçoamento e especialização de magistrados em matéria eleitoral. Além disso, a parceria viabilizará incluir disciplinas de Direito Eleitoral e de Processual Eleitoral no currículo de formação de magistrados.

Secretaria Executiva da EJESC

Rua Esteves Jr, n. 68, 9º andar, Centro, Florianópolis/SC – CEP 88015-130

☎ 48 3251 7434

www.tre-sc.jus.br/ejesc | secretariaexecutiva@tre-sc.jus.br



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

6. Ficha pedagógica e plano de ensino nos cursos promovidos pela EJESC

A exemplo da Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, referência na área pedagógica, pretende-se adotar a ficha pedagógica e o respectivo plano de ensino quando da contratação de cursos deste Tribunal, buscando atender, inclusive, às exigências da ENFAM, para fins de credenciamento de cursos para magistrados e servidores.

7. Lançamento de duas edições da Resenha Eleitoral

Em cumprimento às diretrizes estabelecidas para a elevação de estrato da Revista Resenha Eleitoral, por meio de reclassificação junto à CAPES, e conforme orientação do Professor Doutor Cesar Luiz Pasold, Presidente da Academia Catarinense de Letras Jurídicas – ACALEJ e parceiro da EJESC, pretende-se proceder ao lançamento de 2 (dois) números da revista em 2017, atendendo assim os requisitos de publicação de 14 (quatorze) artigos por ano, com periodicidade semestral.

8. Colóquio para a disseminação do conhecimento e captação de artigos científicos

O Colóquio para a elaboração de textos jurídicos tem por objetivo estimular os acadêmicos a produzirem artigos científicos na área do Direito Eleitoral, submetendo-os à Resenha Eleitoral.

Serão convidados aproximadamente vinte profissionais que atuam na área do Direito Eleitoral e que têm titulação de mestrado e doutorado, para participarem de quatro encontros promovidos pela EJESC. O tema do colóquio versará sobre metodologia de escrita científica jurídica, tendo o Dr. Luiz Cesar Pasold como instrutor.

9. Indexação da Resenha Eleitoral em duas bases

Atendendo a recente exigência da CAPES para periódicos científicos, pretende-se inserir a Resenha Eleitoral em pelo menos duas dentre as seguintes bases de indexação ou bases similares: Latindex, IBSS, IBICT, RVBI, EZB, Diadorim, Portal de Periódicos da Capes, VLex, Ulrich, HeinOnline,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

Sumário de Revistas Brasileiras, CiteFactor, DOAJ, SherpaRomeu, HAPI, Dialnet, Academic, Journals Database, ICAP Proquest, Ebsco, Clase, REDIB, Redalyc.

10. Análise da proposta de alteração da Regulamentação da Resenha Eleitoral Científica

Considerando o caráter científico da Resenha Eleitoral (critérios Qualis/CAPES implementados a partir de novembro de 2015), há necessidade de alteração do atual regramento que disciplina a Resenha Eleitoral, bem como normativas correlatas, conforme apontamentos que seguem:

- Revogação da Resolução TRESA nº 7.837/2011, que estabelece regras para a Resenha Eleitoral em formato tão somente eletrônico; e,
- Alteração da Resolução TRESA nº 7.928/2015 (Regimento Interno da EJESC) e da Resolução TRESA nº 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESA).

11. Elaboração do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento - PACD 2018

Considerando o planejamento e a realização das Eleições Gerais no ano de 2018, a EJESC definirá proposta específica para cursos presenciais e a distância (EaD), com foco em temas prioritários relacionados ao pleito.

12. Regulamentação da Instrutoria Interna

Regulamentar a instrutoria interna relacionada ao programa permanente de capacitação e desenvolvimento dos servidores no âmbito da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, com vistas ao recebimento de gratificação por encargo de curso, a qual poderá ser concedida ao servidor que atuar como instrutor interno em cursos de formação, de treinamento, de aperfeiçoamento e de atualização organizados pelo TRESA, realizados sob a metodologia presencial ou à distância.

13. Execução do Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento (PACD)

O PACD, resultado do levantamento de necessidades de capacitação dos servidores, divide-se nas seguintes modalidades:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

1. Cursos presenciais: in Company, com contratação de acordo com as necessidades do Tribunal; e externo, com contratação mediante solicitação das Unidades
2. Cursos a distância (EaD): interno - construído pelas unidades conteudistas do TRESA e desenvolvido integralmente pela EJESC, com a disponibilização do conteúdo no ambiente Moodle; e externo - com a contratação no mercado, mediante solicitação das unidades e/ou com vista à redução de custos com deslocamento dos servidores.

Os cursos previstos no Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento/PACD 2017 para a modalidade EaD interno serão desenvolvidos pela EJESC, em conjunto com as unidades orgânicas do TRESA.

De acordo com o processo de elaboração e implementação dos cursos EaD, as unidades demandantes são as responsáveis por submeter os conteúdos técnicos, contando com a orientação e o apoio da EJESC na definição dos artefatos educacionais a serem criados, sempre com foco na otimização do aprendizado. Os conteúdos serão apresentados com ilustrações e fluxogramas, por meio da disponibilização do produto final no ambiente de Educação a Distância do TRESA (Moodle).

14. Formação política e educação para a cidadania

O desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social voltadas ao fortalecimento da cidadania constitui uma das finalidades da EJESC.

Com esse objetivo a Escola promoverá o Projeto Eleitor do Futuro, visando à educação de crianças e adolescentes para o efetivo exercício da cidadania, por meio de atividades pedagógicas diversas, tais como palestras e simulações de eleições com urnas eletrônicas.

Com a educação das crianças e adolescentes será possível conscientizar nossos futuros eleitores da importância do voto e da participação político-eleitoral, num sentido bem mais amplo, que vai além do ato de votar.

No que se refere às mulheres, o Tribunal Superior Eleitoral reconheceu recentemente a necessidade de os partidos políticos promoverem de maneira efetiva a participação feminina



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

na política. Isso significa que a Lei dos Partidos Políticos ainda não foi concretizada na sua plenitude, mormente no tocante à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Por tal razão, e considerando a competência da Justiça Eleitoral para investigar sobre a aplicação de recursos oriundos do fundo partidário, a qualquer tempo, a EJESC atuará na orientação das agremiações partidárias com vistas ao cumprimento da referida legislação, congregando os representantes dos diretórios partidários na promoção de ações de incentivo à participação feminina na política e, especialmente, de forma efetiva no processo eleitoral.

15. Programa “Conhecendo a Justiça Eleitoral catarinense”:

Atendendo a demandas de coordenação pedagógica de colégios da grande Florianópolis, que possuem programas de apresentação de instituições públicas aos estudantes, pretende-se ministrar aulas dirigidas a esse público, com a utilização de metodologia voltada para jovens com idade entre 14 e 16 anos, demonstrando o funcionamento das principais atividades da Justiça Eleitoral catarinense, bem como as atribuições dos diversos atores do processo eleitoral.

Para a expansão desse programa, será aprimorado material de divulgação contendo informações acerca da estrutura da Justiça Eleitoral catarinense, sua composição, sua competência, suas atribuições jurisdicionais, o mecanismo de atuação nas eleições (sob o aspecto de planejamento e execução administrativa, bem como sob o aspecto jurisdicional). De igual maneira, de todo o aparato tecnológico envolvido nas eleições, principalmente no que diz respeito à segurança e confiabilidade da urna eletrônica e de todos os demais sistemas envolvidos numa eleição.

De outro lado, a divulgação ocorrerá em estabelecimentos de ensino que assim demonstrarem interesse, mediante agendamento prévio com a Assistência de Ações Institucionais e com a disponibilização, de parte desses estabelecimentos, de estrutura mínima adequada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

16. Projeto Eleitor do Futuro:

Este Projeto tem por objetivo ampliar, capacitar e mobilizar o contingente de jovens e futuros eleitores do Estado ao exercício livre e consciente do direito de votar e ser votado, com o desenvolvimento regular de treinamentos com a urna eletrônica, realização de eleições parametrizadas, palestras sobre cidadania e eleições, tudo buscando suscitar reflexões acerca de temas como a importância do voto, causas e consequências da corrupção eleitoral e o papel dos partidos políticos na democracia brasileira.

Buscará levar às escolas da rede pública e particular no Estado de Santa Catarina (contando com o apoio dos cartórios eleitorais do interior do Estado), através de atividades lúdicas e pedagógicas, a temática da cidadania política e sua importância em regimes democráticos. Promoverá a inscrição no cadastro eleitoral de jovens estudantes que possuem a idade necessária e que não estejam se sentindo estimulados a fazê-lo, através de campanhas de alistamento eleitoral (com a indicação dos locais e horários, documentos necessários etc).

Este projeto Eleitor do Futuro poderá alinhar-se ao Programa de Formação Continuada para Vereador Mirim (Escola do Legislativo da ALESC) objetivando ações comuns que possam ser do proveito de ambos; ou seja, na medida em que o mesmo público alvo possa ser orientado para simular candidaturas e campanhas políticas, também possa agir na condição de eleitores e políticos conscientes de suas responsabilidades.

17. QUALIFICA - Mandato de Excelência:

A EJESC apoiará as ações do Projeto Qualifica, disponibilizando, no Portal QUALIFICA, informações sobre as ações do TRESA voltadas à atuação ética, transparente e eficiente na gestão pública e atividade legislativa municipais; acesso aos dados estatísticos do Cadastro Nacional de Eleitores, para utilização pelos municípios no planejamento governamental, implementação de políticas públicas e eleição dos conselhos tutelares; e calendário de cursos e eventos da Escola Judiciária Eleitoral relacionados ao projeto.

A Escola também poderá auxiliar na realização de cursos e eventos, de acordo com a sua área de atuação; contribuir para as iniciativas de identificação e disseminação de boas práticas na gestão municipal; fornecer informações para subsidiar a implementação e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina Escola Judiciária Eleitoral

desenvolvimento do Programa de Residência em Gestão Municipal, vinculado ao eixo Excelência na Gestão Pública e promover no seu Portal, na internet, e por meio da Assessoria de Comunicação do TRES (ASCOM), a divulgação das ações decorrentes da execução do projeto.

18. Congressos e Seminários em matéria eleitoral

A EJESC promoverá no ano de 2017 seminário de Direito Eleitoral para a discussão de temas relacionados às eleições gerais vindouras, além da realização de colóquio, com a finalidade de disseminar conhecimento na área e estimular a produção de artigos científicos e sua publicação na Revista Científica Resenha Eleitoral.

19. Construção de calendário anual de eventos da EJESC

Com base em indicadores orçamentários, será construído um calendário anual de eventos da EJESC. As datas e os locais serão previamente reservados para tais finalidades, visando compatibilizar as agendas de eventos do TRES e do TSE.